



USINA MONTE ALEGRE NO CONTEXTO DA RECENTE FINANCEIRIZAÇÃO DO SETOR SUCROENERGÉTICO

Usina Monte Alegre in the context of the recent financialization of the sugar-energy sector

Larissa Chiulli Guida

Mestre em Geografia Humana pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-5932-8294>

larissa.chiulli@alumni.usp.br

Trabalho apresentado durante a 7ª Jornada Científica da Geografia da UNIFAL-MG & 1º Encontro Sul Mineiro de Geografia e selecionado para publicação

RESUMO

A produção agropecuária nacional, em particular a produção do denominado agronegócio, passou recentemente por um processo de financeirização, caracterizado fortemente pela concentração e centralização de capital através de empresas transnacionais. O setor sucroenergético é uma das produções que mais expressam tal processo. O trabalho analisa a territorialização do capital financeiro através da aquisição da Usina Monte Alegre, feita pelo Grupo Adecoagro. Contextualiza-se a financeirização deste setor no período da crise de 2008, demonstrando a centralidade do capital financeiro. Em seguida, analisa-se a territorialização do Grupo por meio do controle territorial, (a) pela matrícula da propriedade no Cartório de Registro de Imóveis; (b) arrendamentos de terras; (c) investimentos em infraestrutura. Observa-se que o controle territorial pelo capital financeiro não pressupõe a conformação de extenso banco de terras.

Palavras-chave Capital financeiro; Territorialização; Adecoagro.

ABSTRACT

National agricultural production, in particular the production of so-called agribusiness, has recently undergone a process of financialization, strongly characterized by the concentration and centralization of capital through transnational companies. The sugar-energy sector is one of the productions that most expresses this process. The work analyzes the territorialization of financial capital through the acquisition of Usina Monte Alegre, carried out by the Adecoagro Group. The financialization of this sector is contextualized during the 2008 crisis, demonstrating the centrality of financial capital. Next, the territorialization of the Group is analyzed through territorial control, (a) by registering the property at the Property Registry Office; (b) land rental; (c) investments in infrastructure. It should be noted that territorial control by financial capital does not presuppose the formation of an extensive land bank.⁷

Keywords: Financial capital; Territorialization; Adecoagro.

1. INTRODUÇÃO

Na primeira década deste século ocorreu uma reorganização do setor sucroenergético nacional, promovida sobretudo, pelo maior entrelaçamento de mecanismos financeiros neste setor, seja por via de programas governamentais de financiamento ou, sobremaneira, pela entrada de empresas transnacionais. O que levou a uma grande e recente concentração e centralização de capital financeiro na agroindústria canavieira (OLIVEIRA, 2010; PITTA et. al, 2014; BERNARDES; CASTILLO, 2019; BOECHAT, 2020).

Analisado pelo viés do financiamento público, o recente processo de financeirização do setor sucroenergético nacional pouco tem de novidade. Como demonstra Sampaio (2019), foram inúmeros apoios governamentais desde o Proálcool (Programa Nacional do Álcool) de 1975 até a criação do Departamento de Biocombustíveis do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) em 2007. Entretanto, a novidade está associada, sobremaneira, à entrada de empresas transnacionais que promoveu o que foi denominado de mundialização do setor sucroenergético brasileiro (OLIVEIRA, 2010). Para Boechat (2020) é possível identificar uma geografia da expansão e crise da agroindústria canavieira no Brasil. Em Oliveira (2016, p.157), o autor destaca que essa centralização e concentração de capitais financeiros no setor sucroenergético tende a formação de monopólios territoriais, movimento denominado por ele como “fusão territorial monopolística”.

Foi no contexto desta financeirização recente do setor sucroenergético nacional que se desenvolveu pesquisa de dissertação em Geografia Humana em que foi estudado o processo da fusão territorial monopolística do Grupo Adecoagro nos municípios de Ivinhema e Angélica, localizados na região do Vale do Ivinhema, em Mato Grosso do Sul. A Adecoagro é uma das principais *holdings* do agronegócio na América do Sul, produz e comercializa *commodities* agrícolas no Brasil, Argentina e Uruguai. Possui três atividades principais: agricultura (produção de arroz, grãos e leite); transformação de terras e produção de açúcar, etanol e energia. Para a realização dessas atividades a empresa controla um banco de terras de mais de 430.000 hectares (GUIDA, 2022). No Brasil, sua principal estratégia de expansão é no setor sucroenergético, possui 3 usinas, uma em Minas Gerais, e outras duas em Mato Grosso do Sul, como visto na Figura 1.

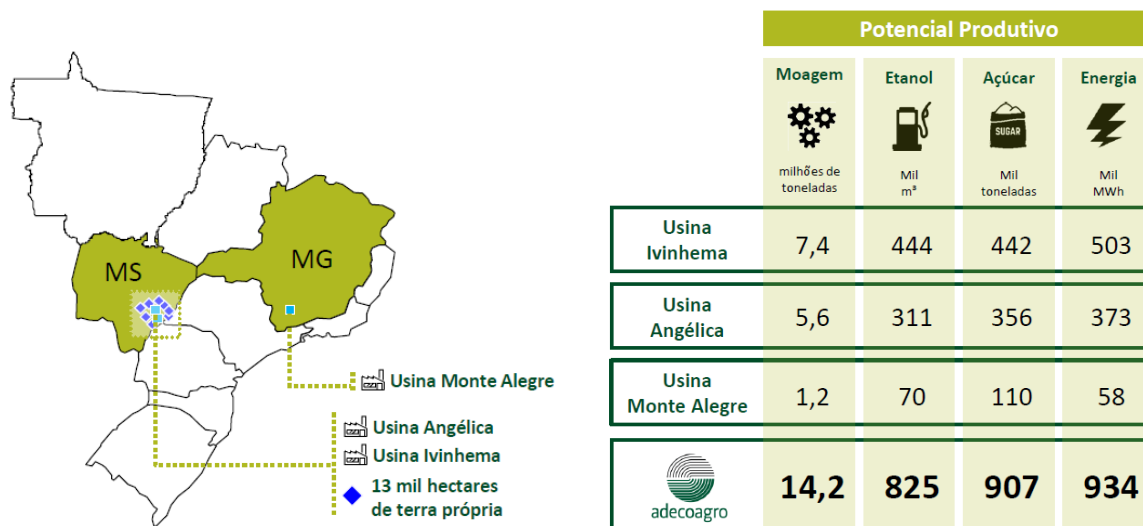


Figura 1 - Localização e Produção sucroenergética do Grupo Adecoagro, em 2018.
Fonte: GUIDA, 2022.

Portanto, o trabalho ora discutido deriva da mencionada pesquisa de mestrado, contudo, apresenta-se como uma necessária continuação dela, tendo em vista que tanto o recorte espacial bem como o foco de análise do mestrado envolveu a construção das usinas da Adecoagro em Mato Grosso do Sul, sendo estas usinas as principais responsáveis por mais de 90% da produção sucroenergética da empresa. Entretanto, a entrada da Adecoagro na atividade sucroenergética se deu de forma semelhante à de outras empresas do mesmo setor: por via de fusão e aquisição de empresas nacionais. Em 2005 o grupo adquiriu a Usina Monte Alegre localizada em Monte Belo-MG, que pertencia à família Vieira e estava em operação desde 1953 (GUIDA, 2022).

Nesse sentido, verifica-se que as estratégias de territorialização do Grupo Adecoagro no setor sucroenergético brasileiro foi feita de duas maneiras distintas: (a) de um lado ocorre a internacionalização de uma usina tradicional, estabelecida em uma região que já possuía canaviais para seu abastecimento; (b) por outro lado, ocorre a construção de duas usinas em região considerada de fronteira agrícola, que não possuía a tradição da cultura canieira.

As consequências territoriais engendradas pela segunda forma de territorialização (construção das usinas) são mais facilmente percebidas, tendo em vista, por exemplo, a transformação da paisagem rural mais direta através da expansão de canaviais em região de pecuária, como pesquisado em Guida (2022). Pretende-se agora realizar a análise da territorialização pela via da intensificação do emprego do capital financeiro na usina Monte Alegre, em Minas Gerais

O desenvolvimento desta pesquisa ocorre predominantemente por meio do levantamento de dados secundários. Os dados sobre a territorialização das usinas da Adecoagro Vale do Ivinhema (MS), foram extraídos da pesquisa de mestrado já mencionada. Para a pesquisa das possíveis mudanças territoriais engendradas a partir da aquisição da Usina Monte Alegre pelo Grupo

Adecoagro em Monte Belo-MG, foram pesquisados os seguintes dados: (i) Matrícula do imóvel rural em que está localizada a usina Monte Alegre – Cartório de Registro de Imóveis de Monte Belo-MG); (ii) Série histórica da produção de cana-de-açúcar e demais culturas agrícolas (SIDRA-IBGE); (iii) Dados da produção sucroenergética do Grupo Adecoagro (Relatórios Anuais do Grupo Adecoagro).

O trabalho é apresentado em três partes, além desta introdução, a próxima seção procura contextualizar o período entre os anos 2000 e 2010, quando o agronegócio brasileiro passou a receber muitos investimentos estrangeiros, principalmente em terras agrícolas e na agroindústria canavieira. A intenção é demonstrar a conjuntura da entrada de capital financeiro no mercado agropecuário nacional naquele período para contextualizar a aquisição da Usina Monte Alegre pelo Grupo Adecoagro. Em seguida, na terceira parte, serão analisados dados sobre a aquisição da usina, para compor o debate sobre a relação entre financeirização e empresa transnacional, será analisada a questão do título da propriedade rural, a valorização no mercado de terras, expansão da cana-de-açúcar e investimentos em infraestrutura que ocorrem após da compra da usina.

2. RECENTE FINANCEIRIZAÇÃO DO SETOR SUCROENERGÉTICO NACIONAL

O ano de 2008 foi marcado pelo irrompimento da crise imobiliária nos Estados Unidos, que levou a uma crise financeira mundial¹. A partir de então, passou-se a observar uma crescente demanda dos investidores financeiros por ativos seguros, em especial pela apropriação de terras e recursos naturais. Tal fato teve grande repercussão nas grandes mídias mundiais, o que promoveu uma proliferação de estudos e publicações sobre a “estrangeirização de terras”, *acaparamiento de tierras* ou *land grabbing*, nos termos em espanhol e inglês, respectivamente. Apesar de suas diferentes nuances, as análises têm tido como foco central a apropriação de terras e recursos naturais por Estados estrangeiros (China, Estados Árabes do Golfo Pérsico e Coréia do Sul) e pelo capital financeiro (empresas agrícolas com capital aberto) e o consequente impacto sobre a soberania alimentar dos países e regiões que recebem estes investimentos (BANCO MUNDIAL, 2010; FERNANDES, 2011).

Naquele momento, países de potencial agrícola na América Latina passaram a receber muitos investimentos financeiros de capitais estrangeiros, sobretudo o Brasil e Argentina, fato que motivou a FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) a elaborar um relatório sobre essas transações. De maneira geral, o relatório apontava para um aumento na procura por terras agrícolas nesses países, como demonstram Wilkinson *et al.* (2011) e Sauer e Leite (2012). Esta

¹ A crise que eclodiu em setembro de 2008 teve origem nos EUA. Foi consequência do endividamento excessivo de pessoas e empresas, associado a uma irresponsável desregulamentação do sistema financeiro. Este, em busca de lucros extraordinários, envolveu-se em ampla e temerária especulação (HARVEY, 2012).

constatação impulsionou muitas pesquisas sobre a denominada “corrida mundial por terras” o que levou a uma “corrida na produção acadêmica” como caracterizaram Sauer e Borras Jr. (2016).

Apesar de extensa, no geral, a literatura a respeito deste interesse do capital estrangeiro em adquirir terras agrícolas apresentava pontos argumentativos comuns: (a) investimento em terra agrícola devido à alta no preço das *commodities* agrícolas como se vê em De Schurrtter (2010); Sauer e Leite (2012); movimento que implicou no aumento de (b) investimento puramente especulativo do capital financeiro no mercado de terras, discutido em Pitta e Mendonça (2014); Fairbairn (2014). A demanda por terras também foi impulsionada pelo recente debate de uma (c) transição energética, sobretudo pela expansão das culturas agrícolas que produzem biocombustíveis, as denominadas “*flex-crops*” (BORRAS JR., et. al., 2016; CASTILLO, SAMPAIO, 2019; BOECHAT, 2020).

Faz-se importante salientar, todavia, a partir dos argumentos de Oliveira (2010), que apesar de expressivos, esses investimentos recentes no agronegócio brasileiro não são exclusivos do início deste século, transações com terras agrícolas brasileiras feitas por capital estrangeiro (pessoa física ou jurídica) ocorrem desde sempre. Segundo o autor, a grande novidade destes investimentos, está na maior presença do capital financeiro, representado, sobretudo, por grupos transnacionais, movimento este próprio do momento da reprodução capitalista mundial, denominado por ele como mundialização da agricultura brasileira (OLIVEIRA 2010; 2016). Portanto, para o autor, o fundamental a compreender é a mudança no perfil do comprador de terras brasileiras, do setor produtivo (empresas e/ou investidores típicos do setor do agronegócio) para o setor financeiro (por exemplo, empresas transnacionais provenientes ou não de outras atividades econômicas que tem entre seus principais acionistas fundos de investimentos financeiros).

De modo semelhante, no relatório da FAO (2012) também é destacada a participação do setor financeiro como um dos principais investidores no mercado de terras brasileiro, além de apontar o interesse pela produção de biocombustíveis. A observação que se faz, é da presença do sistema financeiro, seja pelas empresas nacionais com capital aberto em bolsa de valores, seja pelas empresas transnacionais, ou, ainda pelos próprios fundos de investimentos. O que fica evidente é a presença recente desses novos investidores no campo brasileiro. Pitta *et al.* (2014) também destacam a entrada desses novos agentes a partir da crise de 2008.

A crise econômica mundial gerou uma mudança no perfil do agronegócio no Brasil e estimulou a presença de empresas estrangeiras de diferentes setores, não só agrícolas, mas também financeiras. Este processo ocorre principalmente através de fusões e aquisições, causando maior concentração de capitais. As empresas optam por tal procedimento com a intenção de aumentar seu capital e demais ativos, como máquinas, terra, subsidiárias, entre outros. (PITTA *et al.*, 2014, p. 6, grifo meu).

A respeito desta estratégia dos investidores financeiros mundiais de aumentar seu capital por via de fusão e aquisição de empresas nacionais, Delgado (2012) explica que na articulação do capital

financeiro na produção agrícola, as empresas transnacionais são atraídas por este setor devido a duas formas lucrativas principais: especular com a valorização das terras e comercializar as *commodities* agrícolas produzidas.

A interpretação teórica sobre como o mercado fundiário brasileiro se tornou atrativo para esses capitais financeiros após a crise de 2008 é encontrada neste mesmo autor. Em Delgado (2012) vê-se que, em teoria, na articulação do mercado financeiro com o mercado de terras, a terra agrícola passa a ser negociada como ativo financeiro. Contudo, apresenta especificidades, pois além do retorno esperado pela valorização dos rendimentos futuros, como um ativo em si, ela pode render lucros se utilizada na produção e, ainda, pode auferir rendimento ao investidor pelo fato de ser proprietário de um bem não reproduzível socialmente, ou seja, auferir a renda da terra. A teoria da renda da terra, em uma compreensão mais simples, explica que a propriedade privada da terra rende ao seu proprietário um lucro extraordinário pelo mero fato de ser um proprietário privado de um bem natural não reproduzível socialmente, ou seja, que não foi criado pelo trabalho humano (MARTINS, 1995).

Portanto, tem-se que a articulação do setor financeiro com o mercado de terras nacional, através da aquisição de terras por empresas agrícolas transnacionais, revela o processo de acumulação de capital via apropriação da renda fundiária (OLIVEIRA, 2010).

Neste sentido, a demanda por terras brasileiras, que ocorreu principalmente após a crise de 2008, deve ser entendida dentro deste contexto mundial. Ferraz (2009, p. 62), no Relatório Agrianual de 2010, sobre a análise do desempenho do mercado fundiário brasileiro, destaca que “com a atual crise financeira dos Estados Unidos, a tendência de dirigir o capital especulativo para ativos mais seguros deve continuar sustentando o fator produtivo terra, portanto, o mercado de terras brasileiro”. Ainda o autor destaca que “as terras são a nova menina-dos-olhos do agronegócio brasileiro.”

A conjuntura econômica mundial criou um fator que estimula o mercado de terras do Brasil. Trata-se da baixa taxa de juros dos maiores mercados de capital do mundo. [...] O desempenho inexpressivo das bolsas de valores e a acentuada sensação de risco do momento somam-se a isso, favorecendo a busca de outras opções de investimento. O mercado de terras, seguro e com alto potencial de valorização em longo prazo, mostra-se muito atraente (CABRERA; FERRAZ, 2013, p. 50. Grifo meu).

Os dados do mercado de terras para esse período pós crise financeira mundial, mostravam o aumento do preço da terra agrícola brasileira nas Cinco Grandes Regiões, conforme visto no Gráfico 1. No intervalo de aproximadamente 3 anos (julho/agosto de 2010 a maio/junho de 2013), todas as regiões brasileiras apresentaram crescimento no preço médio do hectare de terra agrícola, mesmo as regiões Norte e Nordeste, que apresentaram aumento pouco expressivo.

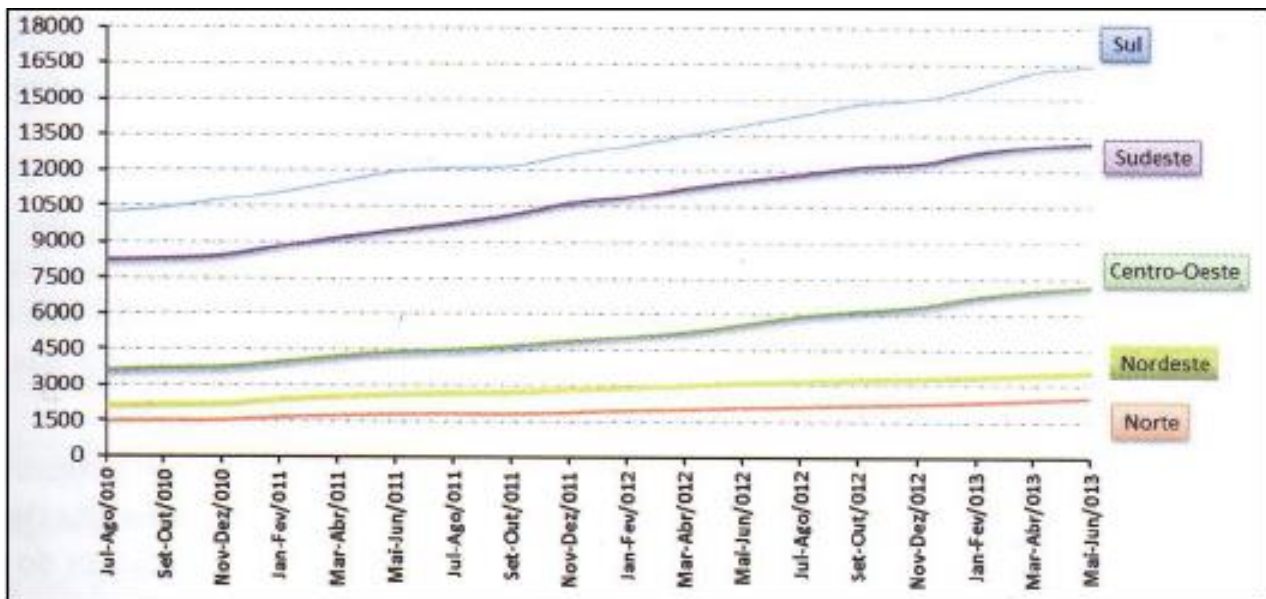


Gráfico 1 – Preço médio (R\$/ha) regional das terras brasileiras, bimestre de julho/agosto de 2010 a maio/junho de 2013.

Fonte: (Extraído de) AGRIANUAL, 2014 (CABRERA; FERRAZ, 2014, p. 35).

Os dados sobre os Investimentos Estrangeiros Diretos (IED's) que o Brasil recebeu também são importantes fontes de análise para a compreensão do particular interesse do capital financeiro no agronegócio brasileiro no momento da crise mundial. Entre 2002 e 2008, Alvim (2009) concluiu que foram destinados US\$46,95 bilhões para essa atividade econômica do país, o que representou em média 32% do total de IEDs recebidos pelo Brasil nesse período. Das atividades que compõem o agronegócio, a agroindústria (à montante e à jusante) foi o setor que mais recebeu investimentos estrangeiros, sendo que as usinas de açúcar e de produção de álcool e biocombustíveis foram as que apresentaram clara tendência de crescimento no recebimento de IED.

Considerando a média da distribuição dos investimentos estrangeiros para a agricultura brasileira durante o período de 2002 a 2008, foi possível observar que a agroindústria² participou com 49% do total de IED para o período, seguida pelo setor de serviços³ com 47% e o setor primário⁴ com 4% (ALVIM, 2009, p. 48). O Gráfico 2 destaca as principais atividades da agroindústria brasileira que mais receberam investimentos.

² Refere-se à agroindústria à montante e à jusante.

³ Inclui as atividades de intermediação comercial, de comércio atacadista e varejista, de restaurantes e serviços de alimentação e o setor financeiro.

⁴ Inclui o setor agropecuário, de serviços diretos na agropecuária e de pesca e aquicultura.

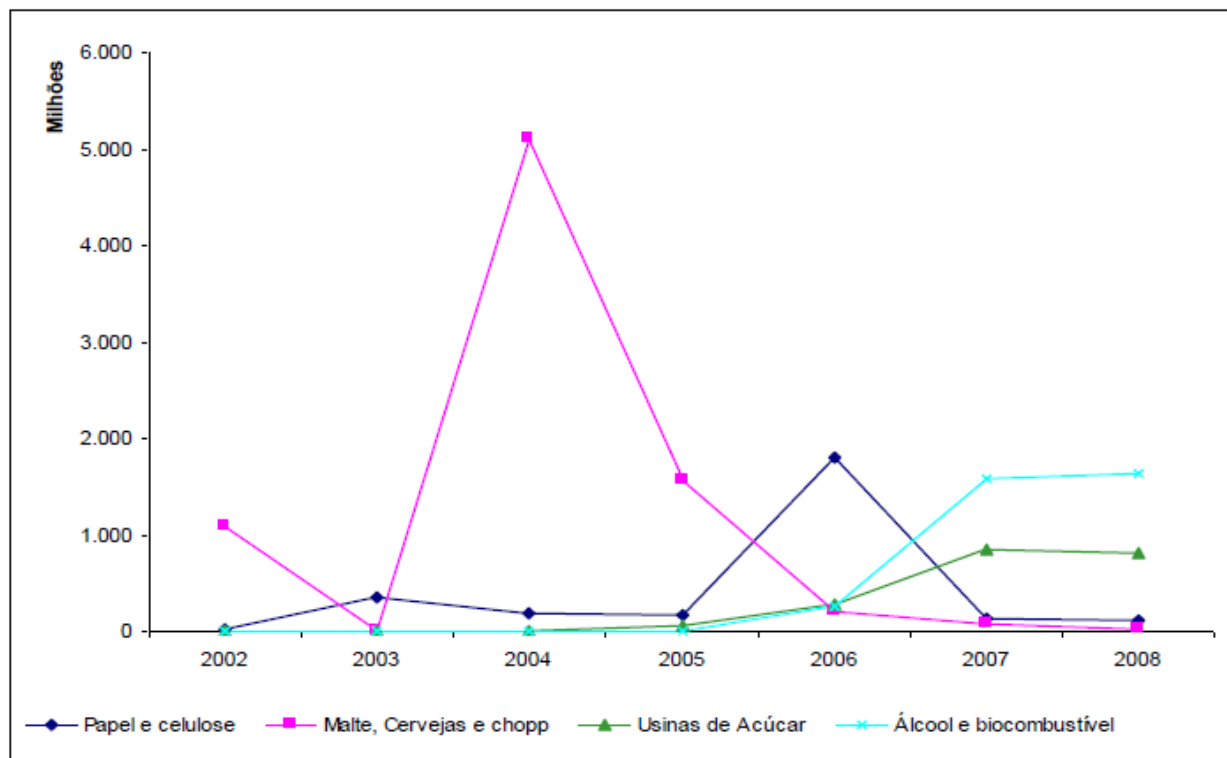


Gráfico 2 – Atividades da agroindústria brasileira que mais receberam investimentos estrangeiros (IED) no período de 2002 a 2008.

Fonte: (Extraído de) ALVIM (2009, p. 54).

A agroindústria do malte, cervejas e chopp recebeu US\$8 bilhões o que representa 34,5% do total dos investimentos estrangeiros recebidos no período analisado. O setor de papel e celulose recebeu aproximadamente US\$2,7 bilhões, sendo responsável por 11,7% do total no período. Apesar dos valores significativos recebidos por esses setores, eles não apresentaram tendência de crescimento em todo o período. Em comparação com as demais atividades, a produção industrial de biocombustíveis foi a atividade que apresentou uma tendência clara de crescimento na captação de investimentos estrangeiros, principalmente nos anos de 2005 e 2006. Os IEDs em álcool e biocombustíveis passaram de US\$4 milhões, em 2002, para US\$ 1,64 bilhões, em 2008. O setor produtor de açúcar também seguiu a mesma tendência de crescimento no período, embora com menor intensidade, passando de uma situação em que não recebia investimentos, em 2002 e 2003, para investimentos de cerca de US\$800 milhões em 2008 (ALVIM, 2009, p. 55).

O que se pretende ressaltar ao analisar esses dados, é a presença do capital financeiro, pois, os processos de estrangeirização de terras e/ou de empresas que ocorreu no período, como bem apresenta Fernandes (2011; 2013), tiveram como fator determinante a proeminência do sistema financeiro mundial, conforme reforça Delgado (2012), pela possibilidade de especulação via renda da terra.

Para Oliveira (2010), os setores da produção agropecuária que essa estratégia de acumulação via lucro da produção e apropriação da renda da terra se fizeram mais evidentes, são os setores da agroindústria canavieira e o setor de celulose e papel.

O primeiro setor, em função da compra de empresas nacionais (usinas e destilarias) pelas transnacionais que tinham em seus ativos muita terra, além, do crescimento da demanda interna de etanol motivada pela ampliação da frota de carros flex. E, o segundo porque tinha planos de expansão e necessitava de plantar mais áreas com silvicultura (OLIVEIRA, 2010, p. 27. Grifo meu).

Pitta *et al.* (2014) também concordam que as empresas transnacionais do setor da agroindústria canavieira foram as principais empresas do campo que demandaram por terras brasileiras. Para os autores, o controle das terras por parte das usinas, seja por aquisição ou por arrendamento, além de garantir às agroindústrias a matéria-prima necessária para a produção, garantem também o cronograma de funcionamento. As empresas transnacionais ou nacionais de capital aberto em bolsas de valores, por outro lado, vêm a terra como ativo financeiro, sendo que ao adquirirem terras estão aumentando os ativos da empresa e, por conseguinte, aumentam os valores de suas ações.

Por meio dessa possibilidade de controlar o processo de produção no campo brasileiro que Oliveira (2008) analisou a entrada das empresas estrangeiras no setor sucroalcooleiro como parte do processo de “mundialização da agricultura brasileira”. Para ele há dois processos monopolistas que comandam a produção agrícola mundial:

De um lado, está a territorialização dos monopólios, que atuam simultaneamente no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária. O principal exemplo [no Brasil] é o setor sucroalcooleiro. De outro lado, está a monopolização do território pelas empresas de comercialização e processamento industrial da produção agropecuária, que, sem produzir absolutamente nada no campo, controlam, por meio de mecanismos de sujeição, camponeses e capitalistas produtores do campo (OLIVEIRA, 2008, p. 3. Grifo meu).

Particularmente, os processos de fusões e aquisições representaram, para o autor, o típico capitalismo rentista que se desenvolveu na agricultura brasileira através de uma aliança de classes.

Essas novas empresas de capital aberto no campo brasileiro, estão juntando de forma articulada na aliança de classe com o capital mundial, o rentismo típico do capitalismo no Brasil, e, assim, estão fazendo simultaneamente, a produção do capital via apropriação da renda capitalizada da terra e a reprodução ampliada do capital acrescida do lucro extraordinário representado pelas diferentes formas da renda da terra (OLIVEIRA, 2010, p. 84).

A análise da entrada do capital majoritariamente estrangeiro na agroindústria canavieira durante o período de 2000 a 2009, corrobora para a compreensão do que foi o denominado processo de financeirização deste setor. Em dissertação sobre os investimentos estrangeiros diretos (IED) no setor sucroenergético brasileiro, Pinto (2011) sugere uma divisão histórica de três momentos: um primeiro, entre os anos de 1995 a 2002, período marcado pela desregulamentação do setor sucroalcooleiro nacional e a expansão internacional do mercado mundial de açúcar; o segundo período, entre os anos de 2003 a 2008, é marcado pelo “boom” do etanol nos mercados nacionais e internacionais (transição energética); e um último período, de 2009 a 2011 é marcado pela crise de 2008.

Observa-se no Quadro 1, que nos anos que sucederam a desregulamentação, mais especificamente entre 1999 e 2003, quatro empresas transnacionais passaram a atuar na agroindústria canavieira brasileira. Contudo, foi no período entre 2006 e 2008, que ocorreu a entrada do maior número de grupos estrangeiros interessados na produção de açúcar e etanol, sendo um total de dezoito grupos entrantes (PINTO, 2011).

Quadro 1: Empresas estrangeiras que entraram na agroindústria canavieira brasileira entre 2000 e 2011, separadas segundo o setor de origem.

EMPRESA ENTRANTE	ANO DE ENTRADA	PAÍS DE ORIGEM	MODO DE ESTABELECIMENTO
Fundos de investimento			
Infinity Bio-energy	2006	Brasil/ Estados Unidos	Aquisição e greenfield
Clean Energy Brazil	2006	Brasil/ Inglaterra	Aquisição e greenfield
CNAA	2006	Brasil/Estados Unidos	Greenfield
Brenco	2007	Brasil/ Estados Unidos	Greenfield
VREC	2008	Brasil/EUA/Inglaterra/Bélgica	Aquisição e greenfield
Tradings agrícolas			
LDC – Louys Dreyfus	2000	França	Aquisição e greenfield
Cargill	2006	Estados Unidos	Aquisição e greenfield
Bunge	2007	Estados Unidos	Aquisição e greenfield
Noble Group	2007	China (Hong Kong)	Aquisição
ADM	2008	Estados Unidos	Aquisição e greenfield
Itochu	2008	Japão	Aquisição e greenfield
Mitsui	2008	Japão	Greenfield
Glencore	2010	Suíça	Aquisição
Produtoras de açúcar			
Union SDA/Tereos	2000	França	Aquisição e greenfield
Sucden	2000	França	Aquisição
Béghin-Say	2001	França	Aquisição
Colgua	2006	Panamá	Aquisição
Shree Renuka	2009	Índia	Aquisição
Produtoras de alimentos (empresas translatinas)			
Adecoagro	2006	Argentina	Aquisição e greenfield
Los Grobo	2011	Argentina	Aquisição
Químico e Petroquímico			
Dow Chemical	2007	Estados Unidos	Greenfield
Petróleo			
BP	2008	Inglaterra	Aquisição
Royal Dutch Shell	2011	Holanda	Aquisição
Energia Elétrica			
Abengoa	2007	Espanha	Aquisição
Biotecnologia			
Amyris	2008	Estados Unidos	Aquisição
Conglomerado diverso			
Sojitz Corporation	2007	Japão	Aquisição e greenfield

Fonte: Elaborado a partir de dados extraídos de Pinto (2011). Organização própria.

Um dos fatores da associação entre capitais financeiros e setor sucroalcooleiro está atrelada ao “boom” do etanol como substituto do petróleo, ou seja, pela transição energética mundial (SAMPAIO, 2019; BOECHAT, 2020). No período representado no Quadro 1, o crescimento da importância do Brasil como exportador de etanol também foi considerado na pesquisa de Pinto (2011, p. 80): “Em 2001, a participação brasileira foi de apenas 13%, ficando atrás dos EUA e da Arábia Saudita. Sete anos mais tarde, em 2008, os quase 5,4 bilhões de litros exportados pelo Brasil corresponderam a 62% das exportações mundiais”. O que pode justificar a entrada de dezoito empresas entre 2006 e 2008.

Por fim, é importante considerar a forma de estabelecimento das empresas transnacionais no setor sucroenergético na primeira década deste século, porque implica na estratégia de territorialização. As duas maneiras mais comuns foram por fusão e aquisição de empresas nacionais e projetos *greenfield*. De modo geral, as operações de aquisição correspondem à aquisição total ou parcial do controle acionário. É entendida como a compra da totalidade ou quase totalidade do controle acionário de uma empresa, quando a compra é de 100% da participação societária ou da compra do controle societário da empresa, ou seja, 50% + 1. Os investimentos *greenfield* são aqueles que envolvem novos projetos, ainda no papel. Assim, em vez de investir na aquisição de uma empresa já atuante no setor, o investidor coloca seus recursos, no caso dos investimentos *greenfield* na agroindústria canavieira, na construção de novas usinas, o que inclui gastos como a aquisição de maquinários e equipamentos, contratação do pessoal, negociação para obter a matéria-prima e demais recursos necessários para a operação das usinas (PINTO, 2011).

Para as empresas, entre as vantagens de se realizar um projeto *greenfield*, está a de estruturar sua gestão desde o início da forma como queira. É o caso, por exemplo, dos fundos de investimentos apresentados no Quadro 1, pois todos os fundos de investimentos priorizaram a entrada no setor via operação *greenfield*, ou *greenfield* e aquisição. A desvantagem está associada justamente ao risco de passar a produzir em um setor desconhecido. Para amenizar essa desvantagem a opção mais comum das transnacionais que entraram no setor sucroalcooleiro foi pela mescla aquisição e fusão seguido de *greenfield*, (PINTO, 2011).

Na próxima seção será analisado o caso da aquisição da Usina Monte Alegre pelo Grupo Adecoagro, procurando destacar a questão da territorialização da empresa no setor sucroenergético nacional. Entretanto, faz-se importante ressaltar que o que se procurou discorrer nesta seção sobre a financeirização recente deste setor, diz respeito ao recente processo de concentração e centralização de capital financeiro na agroindústria canavieira nos últimos anos, principalmente nos anos que antecedem e sucedem a crise de 2008. A novidade não é a presença do capital financeiro neste setor, mas sim na ambivalência da função do capital financeiro, faz o papel de financiador da produção e

de produtor, através de empresas de capital aberto, ou seja, que negociam na bolsa de valores. Este é o contexto que se quer destacar sobre a financeirização do setor sucroenergético (BOECHAT, 2020).

3. USINA MONTE ALEGRE (UMA): TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL FINANCEIRO PELA ADECOAGRO

Os processos denominados de estrangeirização, internacionalização, *land grabbing* (FERNANDES; 2011; PITTA et. al, 2014; BOECHAT, 2020) que caracterizam a produção do agronegócio brasileiro atual, sobretudo o setor sucroenergético, apontam para processo de concentração e centralização de capital financeiro na agroindústria canavieira nacional. Foi neste contexto que o Grupo Adecoagro se expandiu para o Brasil. Pretende-se a seguir demonstrar quais as estratégias de territorialização desta transnacional a partir da análise particular do caso da aquisição da Usina Monte Alegre. O objetivo é analisar como o capital financeiro se territorializou através da empresa em questão.

A expansão da Adecoagro para o agronegócio brasileiro através dos processos denominados por aquisição e projeto *greenfield*, são aqui interpretados como territorialização do monopólio (OLIVEIRA, 2016). Analisado pelo autor como expressão da mundialização da agricultura brasileira, conforme apresentando anteriormente, refere-se ao controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária.

A Adecoagro está entre as principais *holdings* do agronegócio que atuam na América do Sul, suas empresas subsidiárias produzem e comercializam *commodities* agrícolas no Brasil, Argentina e Uruguai. Possui três linhas de atividades principais: (a) Agricultura e agroindústria, com a produção de grãos (soja, milho, algodão e arroz) e leite; (b) Transformação de terras e (c) Produção de açúcar, etanol e energia. Essas atividades são realizadas em mais de 430.000 hectares, entre terras próprias e terras arrendadas, possuía em 2020, 28 fazendas, 3 usinas canavieiras, 3 usinas de beneficiamento de arroz, 2 agroindústrias de leite, 1 produtora e processadora de sementes de girassol, distribuídas nos três países (GUIDA, 2022).

A empresa foi constituída na Argentina em 2002, a partir de um grupo de produtores agrícolas argentinos que se uniram a fundos de investimentos dos Estados Unidos que queriam entrar no negócio para comprar terras e transformá-las. Foi fundada por Alan Leland Boyce (então consultor do fundo de George Soros, *Soros Fund Management*), Mariano Bosch, Walter Marcelo Sánchez e Ezequiel Garbers, que são proprietários rurais e agrônomos argentinos com experiência nas principais empresas agrícolas desse país (GUIDA, 2022).

Em setembro de 2002, iniciamos nossas operações com a aquisição de 100% das participações acionárias da Pecom Agropecuaria S.A., uma empresa argentina (*sociedad anónima*) e rapidamente nos tornamos uma das maiores empresas agrícolas desse país. Totalizando mais de 74.000 hectares de terras agrícolas, esta aquisição representou uma das

maiores transações de compra de ações na América do Sul em 2002. Em conexão com a aquisição, Pecom Agropecuaria SA mudou seu nome para Adeco Agropecuaria AS. A Adeco foi a plataforma a partir da qual executamos nossos planos de expansão, incluindo a aquisição de terrenos adicionais e a diversificação de nossas atividades de negócios.

Em 2004, iniciamos nossa expansão regional e adquirimos uma fazenda no Uruguai (aproximadamente 5.086 hectares) e três fazendas no oeste da Bahia (20.419 hectares) [...].

Em 2005, adquirimos nossa primeira usina de açúcar e etanol, a Usina Monte Alegre SA (UMA), com capacidade de moagem de 0,9 milhão de toneladas de cana-de-açúcar por ano na época. **A UMA tornou-se nossa plataforma de expansão no setor sucroalcooleiro brasileiro** RELATÓRIO ANUAL, 2020, p. 57, tradução minha, grifo meu.)

O histórico da constituição e expansão da Adecoagro corrobora com a interpretação sobre a “corrida mundial por terras”, empresa fundada no início dos anos 2000 com objetivo de transações imobiliárias e produção de *commodities* agrícolas, conforme discutem Fernandes (2011); Sauer e Leite (2012) e Borrás Jr (2012).

Importante observar que a aquisição da UMA foi a plataforma de expansão da empresa no setor sucoenergético. Contudo, até este momento da aquisição, o Grupo ainda não possui capital aberto, não negociava suas ações em bolsa de valores, mas já possuía entre seus principais acionistas o reconhecido financista George Soros. Na compra da UMA, a mídia explorou bastante o fato de um dos “maiores especuladores mundiais” estar no Brasil para expandir seus negócios no agronegócio brasileiro⁵.

Entretanto, atualmente, o fundo de George Soros não é mais um dos acionistas do grupo Adecoagro, de acordo com o Relatório Anual (2020, p. 176). A composição acionária do Grupo em dezembro de 2019 tinha como acionistas majoritários os fundos: *Al Gharrafa Investment Company* (13,60% das ações), é o fundo soberano do Catar; *Stichting Pensionfonds Zorg em Welzijn* (13,10% das ações), fundo de pensões da Holanda; EMS Capital LP (8,60% das ações). Congecer essa composição acionária é importante para entender a centralidade do capital financeiro no processo de territorialização.

A respeito da aquisição da UMA, ainda é importante mencionar que, a usina, localizada em Monte Belo-MG, pertencia à família Vieira e estava em operação desde 1953. Após essa aquisição, o antigo sócio-proprietário da Usina Monte Alegre, Marcelo Weyland Barbosa Vieira, foi nomeado como diretor do setor de álcool, açúcar e energia da Adecoagro, cargo que ocupou até o ano de 2010 quando foi substituído por Renato Junqueira Santos Pereira. Aqui cabe mencionar que Renato era o CFO do Grupo Moema (que tinham seis usinas canavieiras) sendo inclusive o responsável por preparar o lançamento de ações na Bolsa de Valores e a sequente venda do Grupo Moema à Bunge em 2009 (GUIDA, 2022). Para Oliveira (2010), essas relações entre os antigos sócios e diretores das

⁵ Ver mais em: “Soros visita em MG usina comprada com sócios”, disponível em: https://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL46872-9356,00SOROS+VISITA+EM+MG+USINA+COMPRADA+COM+SOCIOS.html Acesso em out de 2023.

usinas familiares que foram vendidas para grupos internacionais evidenciam a aliança de classes, que favoreceu e facilitou a ação monopolista dessas empresas sobre o território brasileiro, em especial no setor sucroenergético.

Como visto, a entrada de muitos grupos transnacionais no setor sucroenergético brasileiro, muito se discutiu sobre a compra de terras agrícolas e a consequente estrangeirização de terras engendradas nesse processo (FERNANDES; 2011; SAUER; LEITE, 2012). Mediante isto, realizou-se pesquisa nos Cartórios de Registro de Imóveis nos municípios de Monte Belo-MG e Ivinhema-MS e se verifica que a Adecoagro usou desta estratégia apenas em Mato Grosso do Sul, em que ela de fato adquiriu novas propriedades rurais. Em Monte Belo-MG, não foram encontradas matrículas registradas em nome da empresa, apenas a propriedade em que está inserida a usina, conforme Quadro 2.

Quadro 2: Imóveis rurais adquiridos pela Adecoagro em Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, 2015.

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS – COMARCA DE MONTE BELO-MG			
Número da matrícula do imóvel	Área do imóvel (hectares)	Nome da propriedade	Município
1.101	86,46,84	Fazenda Monte Alegre	Monte Belo - MG
CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS – COMARCA DE IVINHEMA-MS			
8.399	6.062,863	Fazenda Sapalio	Ivinhema - MS
9.879	326,70	Fazenda N. S. Aparecida	Ivinhema – MS
9.881	243,93	Fazenda N. S. Aparecida 2	Ivinhema – MS
10.077	1.614,2547	Fazenda Água Branca	Ivinhema - MS
10.660	60,5000	Sítio Amandina	Ivinhema - MS
10.888	145,8093	Fazenda Carmen	Ivinhema - MS

Fonte: GUIDA, 2022.

A Figura 2 mostra a averbação na matrícula do imóvel da Usina Monte Alegre que corresponde à aquisição pelo Grupo Adecoagro através da transferência do controle acionário da empresa.

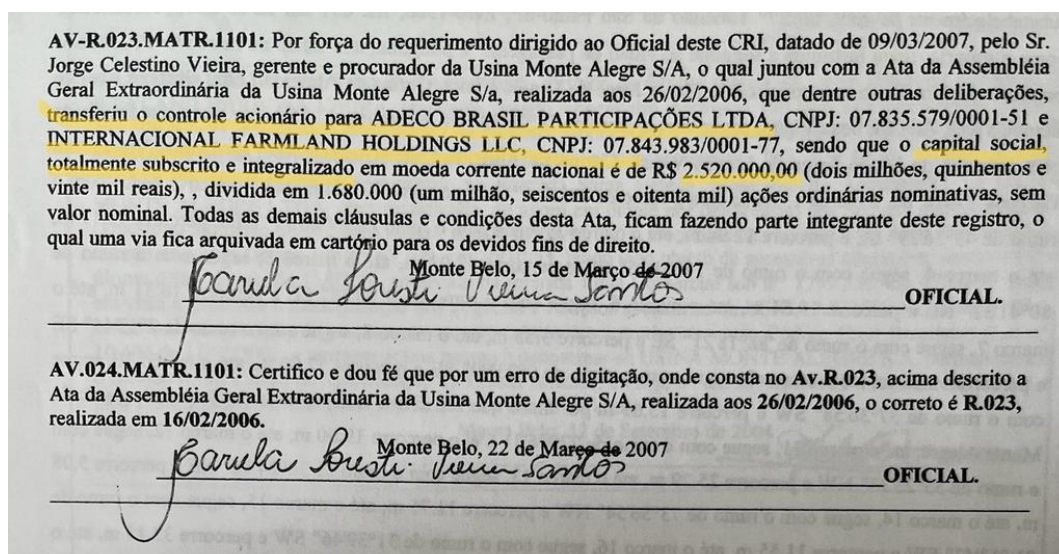


Figura 2 - Foto da Matrícula do Imóvel: Transferência do controle acionário da Usina Monte Alegre

Fonte: Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Monte Belo-MG.

A consulta às matrículas de imóveis registrados em nome da Adecoagro possibilita uma análise mais precisa sobre o processo de aquisição de terras no Brasil. Observou-se que a empresa não possui extenso banco de terras agrícolas, que ela exerce o controle territorial principalmente por meio de arrendamentos, como será visto adiante.

A respeito da produção atual do setor sucroenergético, a empresa divulga que:

Em 31 de dezembro de 2020, nossa plantação de cana-de-açúcar total consistia em 176.651 hectares nos estados de Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, Brasil, dos quais 13.291 hectares de cana-de-açúcar foram plantados em terras próprias e 163.360 hectares foram plantados em terras arrendadas de terceiros sob contratos de longo prazo.

[...]

[Usina Monte Alegre] UMA é uma pequena, mas eficiente usina localizada no estado de Minas Gerais, Brasil, com capacidade de moagem de cana-de-açúcar de 1,2 milhões de toneladas por ano, plena capacidade de cogeração e marca associada de açúcar com forte presença no varejo regional (Açúcar *Monte Alegre*). **Plantamos e colhemos 99,7% da cana-de-açúcar moída na UMA, com os 0,3% restantes adquiridos de terceiros.** A UMA também se dedica à produção de açúcar orgânico e em 2020 exportou o produto pela primeira vez, após ter recebido a certificação necessária para exportar açúcar orgânico para a União Europeia (RELATÓRIO ANUAL, 2021, p. 63. Grifos e tradução minha).

Como destacado no Relatório Anual, o processo de aquisição da cana-de-açúcar, mencionado no trecho anterior, a Adecoagro abastece suas usinas por meio de contratos de parcerias e arrendamentos, porque, para a empresa, além de garantir o fornecimento da matéria-prima, os contratos geram para a empresa uma espécie de lucro, como se fossem proprietários da terra, devido ao longo período de duração desses contratos. Na safra 2019/2020, aproximadamente 94% da cana moída foi proveniente de contratos de arrendamentos e parcerias, os canaviais controlados pela empresa consistiam em 176.651 hectares de cana-de-açúcar plantados em Minas Gerais e Mato Grosso do Sul (Relatório Anual, 2020⁶). Essa tem sido uma estratégia típica da financeirização no setor sucroenergético nacional, em especial da Adecoagro, se apropriar do direito da renda da terra (ALMEIDA; GUIDA, 2017).

Temos a tendência de ser mais abertos ao arrendamento de terras para a produção de cana-de-açúcar do que para nossos negócios agrícolas, onde possuímos a maior parte das terras que cultivamos. **Arrendamos terras para a produção de cana-de-açúcar principalmente porque os arrendamentos neste setor são de longo prazo, com duração entre um ou dois ciclos da cana-de-açúcar (com cada ciclo durando geralmente 6 anos), o que nos permite implementar e colher os benefícios de produtividade de nossas estratégias de transformação e venda de terras.** O pagamento do arrendamento da cana-de-açúcar é estabelecido em termos de toneladas de cana-de-açúcar por hectare, dependendo da produtividade da terra em termos de toneladas por hectare e teor de sacarose por hectare e também da distância da propriedade à usina. Os preços da cana-de-açúcar são baseados no valor de mercado da cana-de-açúcar estabelecido pelos regulamentos do Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar do Estado de São Paulo (Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo, ou CONSECANA) (RELATÓRIO ANUAL, 2020, p.82-83. Grifos e tradução minha).

⁶ Relatório Anual de 2020. Disponível em: <https://www.sec.gov/Archives/edgar/data/1499505/000162828020005757/agro1231201920-ffinal.htm> Acesso em dezembro de 2022.

Contudo, um dado importante de ser analisado é que a preferência por contratos de arrendamentos de terras na usina Monte Alegre (MG) é consequência da aquisição da empresa pelo Grupo Adecoagro. Antes, enquanto grupo nacional, a aquisição de cana-de-açúcar ocorria predominantemente por via de fornecedores, como relatado pelo Diretor do negócio sucroenergético do Grupo Adecoagro, Renato Junqueira Santos Pereira, em entrevista realizada em 2015. Essa informação também está presente nas pesquisas de Fagundes e Vale (2014) e Silva (2021).

O processo de arrendamento de terras no setor sucroenergético não é uma novidade neste início de século, entretanto, no atual período de financeirização a opção pelo arrendamento de grandes propriedades passou a ser mecanismo de controle territorial das terras agrícolas pelas empresas transnacionais. Trata-se do denominado *control grabbing*, como visto em Boechat (2020).

Os investimentos na expansão da agroindústria também foram consequência da aquisição da Usina Monte Alegre, a pesquisa de Silva (2021) constata o aumento de investimentos em expansão da planta industrial e em equipamentos. Além disso, cita que a maioria dos vínculos empregatícios são de contratos sazonais, entre eles, contrato com cortadores de cana. Essa informação também é divulgada pela empresa, quando esta divulga seu processo mecanização, considera que “[...] acreditamos ser donos de uma das operações de colheita mais mecanizadas do Brasil. Atualmente, nosso processo de colheita da cana é 98% mecanizado (100% nas usinas Angélica e Ivinhema e 86% na usina UMA) e os 2% restantes são colhidos manualmente” (Relatório Anual, 2020, p. 73).

O intenso processo de mecanização da colheita da cana-de-açúcar, está associado a esse período mais recente de financeirização do setor sucroenergético, conforme estudo de Pitta, Leite e Kluck (2020), esse processo levou a uma redução substancial de postos de trabalho e precarização e exploração do trabalho dos cortadores de cana.

Outra situação que confere ao Grupo Adecoagro uma vantagem no setor sucroenergético por ter se inserido nele por meio da aquisição de uma antiga usina familiar, refere-se ao fato de que a usina mineira já possuía um mercado regional consolidado de comercialização do seu açúcar pela marca Monte Alegre. Após a aquisição pelo grupo Adecoagro, observa-se a intensificação nessa área promovida pelo capital financeiro, uma vez que a empresa ampliou sua linha de produtos, comercializando atualmente açúcar orgânico, açúcar do tipo demerara (RELATÓRIO ANUAL, 2020; SILVA, 2021).

Reforça-se, por fim, que a territorialização da Adecoagro pela aquisição da Usina Monte Alegre não implica, apenas e necessariamente, em expansão de canaviais. Essa reflexão torna-se importante, uma vez que, se comparada a área de produção de cana-de-açúcar entre os municípios que se localizam as usinas, observa-se grandes expansões territoriais em Angélica-MS e Ivinhema-MS, e uma expansão não muito expressiva em Monte Belo-MG, como visto no Gráfico 3.

Em Angélica-MS, observa-se que a produção canavieira teve início no ano de 2006, a usina começou a operar em na safra 2008/2009. Já em Ivinhema-MS, a usina começou a operar em 2012/2013, o que justifica a ausência de canaviais até o ano de 2009. Essas usinas foram construídas em área denominada de fronteira agrícola. Anteriormente era pastagem, não existia a tradição de produção canavieira. J

Já em Monte-Belo-MG a situação é oposta. Por se tratar de uma usina que opera desde a década de 1950, a região do entorno imediato da usina já dispõe de canaviais para seu abastecimento, por isso a produção de cana em Monte Belo-MG está pouco expressiva. Além deste fato, existe também uma certa pressão por terras para a tradicional produção cafeeira. Fagundes e Vale (2014) e Silva (2021) demonstram essa “disputa” e destacam que a expansão maior ocorreu nos municípios adjacentes, como Alfenas, Areado e Divisa Nova.

O Gráfico 4 permite analisar a disputa por terras entre a cana e o café em Monte Belo-MG, com exceção do café, o gráfico destaca a redução de área plantada das demais culturas agrícolas no município, características muito comuns no processo de territorialização do agronegócio, como mostram Sauer e Leite (2012); Pitta et.all. (2014).

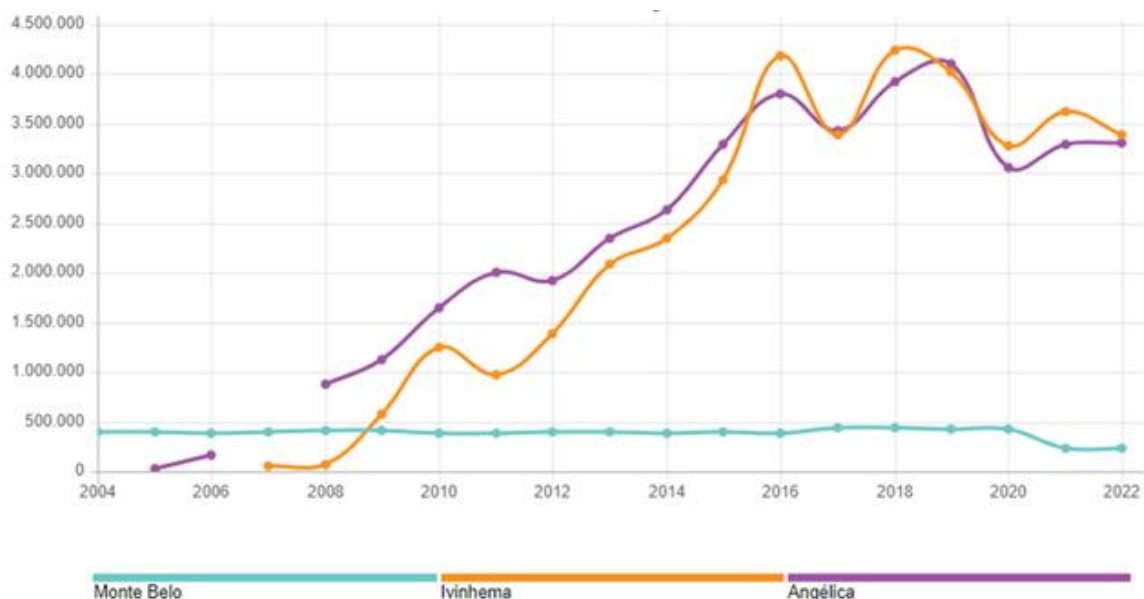


Gráfico 3 – Série histórica (2004-2022) da quantidade produzida de cana-de-açúcar nos municípios das usinas da Adecoagro.

Fonte: (extraído e adaptado) IBGE, Cidade, 2022.

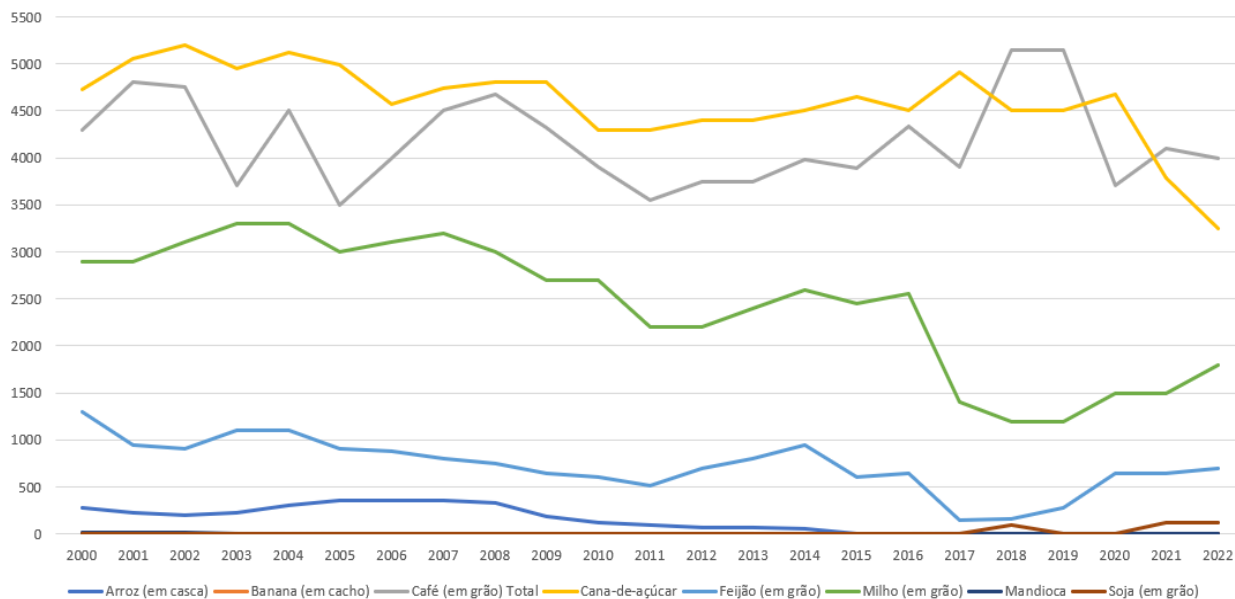


Gráfico 4 - Séria histórica (2000 a 2022) da área plantada de culturas temporárias e permanentes em Monte Belo-MG.
Fonte: IBGE, (PAM-SIDRA) 2022. Elaboração: Larissa Chiulli Guida.

4. CONSIDERAÇÕES

Observa-se que a territorialização da Adecoagro no Brasil no setor sucroenergético ocorre mediante estratégias distintas (aquisição e construção de usinas). Contudo, em ambos os casos, a empresa possui absoluto controle territorial a produção do campo, tendo em vista que seu principal meio de aquisição de cana ocorre por via de contratos de arrendamento. Apesar da antiga existência da Usina Monte Alegre em Monte Belo-MG, após a sua aquisição pelo grupo Adecoagro, a opção por contratos de arrendamento e parcerias e não por meio de fornecedores, como ocorria anteriormente, denota uma importante estratégia do capital financeiro em auferir lucros na agricultura brasileira. Este caso da intensificação da produção e alteração da forma de abastecimento da usina Monte Alegre corrobora essa afirmação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. de; GUIDA, L. C. Renda da terra e setor sucroenergético brasileiro: as estratégias territoriais da Adecoagro. In: BERNARDES, J. A. *et al.* (org.). **Globalização do agronegócio e land grabbing**: a atuação das megaempresas argentinas no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2017.

ALVIM, A. M. **Investimentos estrangeiros diretos e suas relações com os processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil**. Projeto de cooperação técnica “Apoio às políticas e à participação social no desenvolvimento rural” (PCT IICA/NEAD), Brasília, NEAD, 2009.

BANCO MUNDIAL. **Rising global interest in farmland**: Can it yield sustainable and equitable benefits? Washington: World Bank Publications, 2010. 208p.

BERGDOLT, C.; MITTAL, A. **Betting on world agriculture: us private equity managers eye agricultural returns.** Oakland: The Oakland Institute, 2012.

BIERHALS, J.; FERRAZ, J. V. Preços de terras sobem e mercado continua promissor. In: **Agrianual.** São Paulo: FNP Consultoria, 2012.

BERNARDES, J. A, *et al.* (Orgs.) **Globalização do agronegócio e land grabbing: a atuação das megaempresas argentinas no Brasil.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2017.

BERNARDES, J. A.; CASTILLO, R. (Orgs.). **Espaço geográfico e competitividade: regionalização do setor sucroenergético do Brasil.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2019. 256p.

BOECHAT, C. A. (Org.) **Geografia da crise no agronegócio sucroenergético: land grabbing e flex crops na financeirização recente do campo brasileiro.** Rio de Janeiro: Consequência, 2020. 264p.

BOECHAT, C. A.; TOLEDO, C. de A.; PITTA, F. T. Land grabbing e crise do capital: possíveis interseções dos debates. BOECHAT, C. A. **Geografia da crise no agronegócio sucroenergético: land grabbing e flex crops na financeirização recente do campo brasileiro.** Rio de Janeiro: Consequência, 2020. cap. 1. p. 25-55.

BORRAS JR., S. *et al.* Land Grabbing and Global Capitalist Accumulation: Key Features in Latin America. **Canadian Journal of Development Studies**, v. 33, n. 4, p; 402-416, 2012.

CABRERA, G.; FERRAZ, J. V. Preços das terras continuam em alta. In: **Agrianual.** São Paulo: FNP Consultoria, 2013.

_____. Mercado de terras permanece aquecido. In: **Agrianual.** São Paulo: FNP Consultoria, 2014.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital.** tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996. 336p.

DE SCHUTTER, O. **Food commodities speculation and food price crises: regulation to reduce the risks of price volatility.** 2010. Disponível em: https://www2.ohchr.org/english/issues/food/docs/briefing_note_02_september_2010_en.pdf Acesso em: 27 out. 2023.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: Mudanças cíclicas em meio século [1965-2012].** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. 142p.

FAGUNDES, F. N; VALE, A. R. A influência da usina Monte Alegre na organização espacial do município de Monte Belo e suas implicações. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. 1., 2014. Alfenas. **Anais...** Alfenas: UNIFAL, 2014.

FERNANDES, B. M. **Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária.** Conflitos no campo Brasil 2010. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2011.

FAIRBAIRN, M. 'Like gold with yield': evolving intersections between farmland and finance. *Journal of Peasant Studies.* **The Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 777-795, 2010.

GUIDA, L. C. Expansão canavieira e a "fusão territorial monopolística": Estudo do controle territorial em municípios do Vale do Ivinhema (MS). In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. 10., 2019, Recife. **Anais...** Recife: Ed. UFPE, 2019.

OLIVEIRA, A. U. de. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: um retorno aos dossiês. **Agrária**, n. 12, p. 3-113, 2010.

_____. **Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016.

PINTO, M, J, A. **Investimentos diretos estrangeiros no setor sucroenergético**. 2010. 174 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010.

PITTA, F. T.; *et al.* Empresas transnacionais e produção de agrocombustíveis no Brasil. In.: **Rede social de Justiça e direitos Humanos**-Publicações. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

SAMPAIO, M. de A. P. Mercado sucroenergético mundial: dinâmicas do início do século XXI. In: BERNARDES, J. A.; CASTILLO, R. (Orgs.). **Espaço geográfico e competitividade**: regionalização do setor sucroenergético do Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019. p.17-38.

SAUER, S.; BORRAS JR., S. 'Land Grabbing' e 'Green Grabbing': uma leitura da 'corrida na produção acadêmica' sobre a apropriação global de terras. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 11, n. 23 2016.

SAUER, S.; LEITE, S. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, v. 50, n. 3, p. 503-524, 2012.

WILKINSON, J. *et al.* **Dinamica del mercado de la tierra en America Latina y el Caribe**: El caso de Brasil. Santiago: FAO, 2012.